

HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL

GUSTAVO SOBRAL



Para Gustavo
o primeiro do
segundo //

HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL

Gustavo Sobral

HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL



1ª edição - Natal/RN - 2019

©2019 Gustavo Sobral

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida, total ou parcialmente, por qualquer meio ou forma sem a citação da fonte.

Diagramação

Heverton R.

Projeto Editorial

Sertão Marketing & Midia

Imagem de capa

Dorian Gray Caldas

Revisão

André Galvão

Impressão

Offset Gráfica e Editora

www.offsetgrafica.com.br

Catálogo na fonte: Ana Cláudia Carvalho de Miranda - CRB15/261

S677h Sobral, Gustavo.

História da cidade do Natal / Gustavo Sobral. - Natal/RN: 8 Editora, 2019.

69 p.

ISBN: 978-85-54358-14-3

1. Literatura norte-riograndense. 2. Crônicas. 3. Escritos históricos - Natal/RN. I. Título.

CDU: 82(813.2)-94

A história local é contemporânea.
Câmara Cascudo

O escritor e a cidade Aqui nasci, aqui vivo, aqui espero morrer. Aqui está a minha vida, tudo o que inventei e os livros que escrevi. Homero fez a sua própria Odisseia, eu conto Natal. A Natal que havia. Fui aos documentos, livros, revistas e jornais. Resgatei a lenda da cidade, as histórias de Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, a escrita do Rio Grande do Norte. Li um mundo, porque li a vida toda na cidade em que vivo a minha vida toda. Conteí uma outra história, muito mais crônica. Informativa, curiosa e até anedótica. Jornalística. Crônica histórica, história provinciana e nada mais.

Gustavo Sobral

Os potiguares

Poituou, Potegi, Pottege, Potigi, Potii, Potiou, Potingi, Potoxi, Pottigi, Potengi. Aqui pescavam os franceses e retiravam pau-brasil, negociando com os índios. Atacavam embarcações, pillhavam e vendiam a tripulação para o índio comer. É relato do Frei Vicente de Salvador em 1626. Potiguara, Pitiguares. O litoral era ocupado pelos potiguaras do ramo Tupinambá, que firmavam suas aldeias próximo à fonte d'água, em locais altos e ventilados. Inteligentes. Já a taba estruturava-se em um pátio central, espaço de convivência e celebrações. No seu entorno, as malocas em madeira e folha. Em cada uma delas, duzentos índios, em média. Cada família habitava uma parte. Armavam rede, faziam fogo e guardavam os apetrechos. Em quatro anos, a natureza consumia tudo e era tempo de mudar.

Contam, bailam, comem e bebem. Dormem nus, e como há um só marido para tantas mulheres, ele só faz trocar de rede. O morubixaba encarregava-se de aconselhar e manter a ordem e os costumes. Gabriel Soares de Souza, em 1587, registra: “São grandes lavradores de seus mantimentos, de que estão sempre muito providos, e não são caçadores bons e tais flecheiros, que não erram uma flechada que atirem. São grandes pescadores de linha, assim no mar como nos rios de água doce. Contam, bailam, comem e bebem”.

Antropofágicos

Os homens tinham o lábio inferior perfurado e nele um osso, uma pedra ou um pedaço de pau. Pintavam o corpo com suco de jenipapo e o vermelho do urucum. Também usavam penas, braceletes e cordões. Fabricavam canoas, flechas e anzóis. Havia divisão do trabalho e obrigações definidas. Homens: caçar, pescar, preparar a terra para o plantio, construir ocas, canoas, armas e fazer a guerra. Mulheres: semear e colher, preparar os alimentos, fabricar potes e gamelas, cestos e redes, e cuidar das crianças. Para a guerra, utilizavam arco e flecha e devoravam o inimigo.

A travessia do Atlântico

A viagem era o terror, e longa. Meses e meses, parava tudo quando não havia vento. Geralmente, faltava comida. O comandante podia levar galinha, porco e até vaca, e para a arraia miúda sobrava ração de biscoito e a dose de vinho. Não havia asseio, doenças apareciam e matavam. Veio Vespúcio e testemunhou: mal desceram a terra e foram devorados pelos índios. É certo que deixaram o Marco de Touros em 1501. Em 1890, a primeira descrição do marco pelo historiador pernambucano José de Vasconcelos, que sugeriu que fosse levado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para se expor junto ao Marco de Cananeia, que lhe é idêntico. Nada feito. Hoje está na fortaleza dos Reis Magos, em Natal.

Deixaram para lá até 1535, quando Dom João III resolve instituir as capitanias hereditárias mediante carta de doação e foral. Quinze capitanias, doze donatários. A carta era o contrato de doação; o foral, o instrumento de posse, fixando direitos e deveres, inclusive que o donatário poderia fundar vilas, defender os colonos, distribuir sesmarias, cobrar impostos, escravizar os índios, fazer justiça e... explorar a terra! A capitania do Rio Grande foi concedida a Aires da Cunha e João de Barros, que, esperando fazer fortuna, enviaram expedição para averiguar, tomar posse e dominar.

E vieram com tudo

A frota saiu de Portugal em 1535. Dez caravelões, novecentos homens, suprimentos, armas e cavalos. Foram bater com os barcos no rio Pequeno ou Baquipe, o Ceará-Mirim. Mal desceram, tiveram que recuar. Os índios os receberam com flechas, amigos que eram dos franceses que por ali negociavam. A esquadra partiu para o Maranhão, esperando, por certo, melhor recepção e condições para desembarcar. O insucesso não fez o velho João de Barros desistir. João de Barros peticionou ao capitão de Itamaracá para que tomasse conta da terra e recebesse os impostos dos aventureiros que a exploravam: arrendatários que pescavam e apanhavam búzios na praia de Pirangi.

Isso aqui ficou terra de ninguém

Os franceses tomaram conta, recolhendo pau-brasil a torto e a direito, e da praia de Búzios fizeram porto e casa de pedra. Tudo ficou no abandono até em 1597 aparecer Mascarenhas Homem, com motivos de posse, armas, munição, vinho, azeite e carne de sol. À frente, espias e corredores abriam caminho. Mal chegaram, veio o ataque de índios e franceses. A luta foi grande. Doze dias depois, o índio Mar Grande, partidário dos franceses e sediado em Búzios com dois mil índios, promoveu o primeiro ataque. Foi derrotado e preso. Reinou a aliança entre portugueses e potiguaras. Isso foi em 1598.

O rei de Portugal e Espanha

Felipe II despachou cartas régias para o governador-geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, que determinou a empreitada ao capitão-mor de Pernambuco, Manuel de Mascarenhas Homem, que somou esforços com o capitão da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho. Mascarenhas saiu de Pernambuco por terra, rumo ao Rio Grande, e tomou a prudência de mandar dois caravelões adentrarem o Potengi para verificação. Era a estratégia para a conquista. Consta que chegaram ao Potengi em 25 de dezembro, e por isso a escolha do nome Natal para a cidade; para a fortaleza, Reis Magos, porque foi em 6 de janeiro, Dia dos Santos Reis, que começaram as obras.

O projeto era militar

E envolvia construção de fortalezas. O jesuíta vinha para catequese. Missão de livrar a alma do gentio selvagem e sem Deus. Foi o jesuíta Gaspar de Samperes quem desenhou a fortaleza como uma estrela de cinco pontas. Erguida a fortaleza, foram lutar com os índios. Vitoriosos, trataram de povoar. A cidade se faria a meia légua dali, em 1599. Há quem atribua o nome ao fato de se ter posto em pé o pelourinho e a capelinha (hoje Catedral Velha, Cidade Alta) no dia 25 de dezembro daquele ano.

Modelo de cidade

Roma dominou Portugal e deixou na Península Ibérica a cultura latina e a forma das cidades, uma praça pública em torno da qual se erguiam as construções em pedra ou tijolo e cobertura de telha. O modelo veio para o Brasil, e cidades se fizeram na costa adequadas à geografia e ao clima, para que nelas se pudesse viver bem. Na parte alta, a sede político-religiosa; na parte baixa, porto e comércio. O uso do azulejo, que aqui não houve, anunciou uma cidade de construções modestas. E Natal começa se desenhando com a ocupação. Ergueram a matriz diante da praça central, apareceram as primeiras casas e edifícios públicos. Deixaram a cidade crescer sem eira nem beira, ao sabor da ocupação. Natal nasceu sem projeto para ser o que seria.

Dom João III, em 1548, propôs um regimento para as cidades: deve ser um sítio sadio e de bons ares; e que tenha abastança de água e bom porto para que possam amarar os navios e outras mais qualidades além dessas; e que tenha uma dita fortaleza e uma povoação assentada; e que dela se favoreçam e proteja todas as terras do Brasil e, no sítio que melhor parecer, ordenarei que se faça uma fortaleza grandiosa e com as feições necessárias; e que para tanto enviarei pessoas que bem entendam da empreitada, alguns oficiais, pedreiros e carpinteiros e outros que poderão servir para fazer cal, tijolo e telha.

A cidade colonial

Engenheiros e arquitetos já conheciam Vitruvius e a cidade geométrica. A forma xadrez e a influência árabe construíram cidades sinuosas e ruas estreitas. Os colonos fizeram à semelhança do que viam e viviam em Portugal, adaptando ao local. A cidade colonial foi obra perene dos engenheiros, jesuítas e toda uma mão de obra anônima de práticos capazes de traçar o projeto, erguer paredes e teto, comandar e fiscalizar o trabalho dos operários, mestres de ofício e escravos. Cá não restou um nome dos que fizeram as primeiras igrejas, casas, edifícios públicos. Sobrou a obra como registro anônimo dos seus feitores.

A lenda que saiu do quengo de Manoel Dantas

Abre aspas:

Natal já hoje é antiga e será eterna como o mundo, porque nasceu envolta na lenda.

Rezam velhas crônicas que quando Jerônimo de Albuquerque, no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus de Nazaré, aproou para estas bandas, apareceu-lhe no convés da caravela que bordejava fora da barra, incerta do ancoradouro, uma criança divinamente bela que lhe apontou o rumo do porto seguro e do seguro abrigo. Vasta floresta cobria o solo rico de selva virgem de ser humano. O índio bravio passava de lado deslumbrado pelos clarões que iluminavam as florestas e amedrontado pelo som de vozes estranhas que estrondeavam como trovões. Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra.

E a cidade surgiu nesse mesmo dia, à sombra da Cruz, em honra do Senhor. Desencadearam-se, porém, as paixões indomáveis. O ódio, a vingança, a cobiça, substituíram a virtude, a paz e o amor; o sangue derramado tingiu de rubro o solo virgem; as árvores da floresta caíram feridas de morte pelo fogo e o machado destruidores; o homem deu caça ao homem. Veio um dia o furacão, encrespou as ondas e cavou o fundo do mar, donde tirou um lençol de areia alvíssima com que envolveu a cidade do Senhor como num sudário. Ao longe, de mar a mar, ciclopes de areia ficaram velando a execução do castigo.

Mas a semente plantada na terra dantes abençoada foi medrando, foi medrando, e travou-se, dentro em breve, a luta da vida que desponha contra a areia do deserto que asfixia. A

pouco e pouco, formaram-se os oásis, onde o homem nasceu, cresceu, viveu, amou e morreu. Mas, sempre intensa e forte, sem tréguas e sem mercê, a luta da semente que quer medrar no deserto de areia que a quer matar, até o dia em que a criança, que guiara a bordada da nau de Jerônimo de Albuquerque, bradou do alto do Perigo Iminente:

Ó tu, cidade bendita, que soubeste viver sob o sudário de areia, sem blasfemar a vida;

Ó tu, que escreveste a primeira epopeia da coragem guerreira de Felipe Camarão;

Ó tu, que presidiste a eclosão da atividade industrial de Juvino Barreto e da caridade cristã de [Padre] João Maria;

Tu, que foste o berço onde se aninhou o sonho alado de Severo e a crisálida donde partiu o gênio criador de Pedro Velho;

Tu, que Auta de Souza purificou com a prece imaculada de seus versos e Segundo Wanderley enalteceu com os arroubos de sua inspiração: — Surge et ambula!

E a cidade caminhou a passos de gigante. Natal, continuam a chamá-la oficialmente os forasteiros de toda parte que aqui vêm admirar a metrópole do oriente da América. Rainha das dunas, denominam-na os poetas que não precisam mais de habeas corpus preventivo para cantar a realza, mesmo duma cidade, tão apagadas se acham já no coração do povo as vagas reminiscências do tempo da monarquia.

Fecha aspas.

Jerônimo

Filho de índia, educado por jesuítas, sabia ler e escrever e dominava o tupi. Prisioneiro de Arco Verde, o Ubirã-Ubi, prestes a ser devorado, foi poupado a pedido da filha daquele maioral. Ela se apaixonou por Jerônimo. Casaram e foi batizada Maria do Espírito Santo. Mas naquele dia, margeando o Potengi, Jerônimo de Albuquerque encontrou, logo adiante, um plano alto. Examinou, verificou que havia condições e, assim, surgiu a cidade, em 25 de dezembro de 1599. Começou tudo com a construção da igreja, Casa de Câmara e Cadeia, pelourinho, casa do governador e residências de moradores. Foi Jerônimo quem trouxe os potiguaras para o lado português, convencendo Ilha Grande, Pau Seco, Camarão e outros, celebrando, assim, a tal da paz em junho de 1599.

A construção

Sob os arrecifes, diante do mar salgado, sangue, suor e lágrimas fincaram o primeiro e resistente marco de povoação da cidade, a fortaleza dos Reis Magos. Acanhada, provisória, de pau a pique, sobre as dunas. A intenção era proteger a costa e servir de entreposto para as embarcações. Natal cumpria a sua vocação de ponto estratégico essencial. Um arraial próximo foi canteiro de obras, constantemente atacado pelos índios. A fortaleza definitiva seria de pedra e cal, com cobertura de madeira e telhas. Para a alvenaria, empregaram óleo de baleia. A muralha saiu de parede dupla em pedra, preenchida por colchões de areia, conta o biógrafo da fortaleza, Hélio Galvão. As pedras foram trazidas de Lisboa, no lastro das embarcações, e tudo foi levantado no muque, do nascer ao pôr do sol com intervalo para o almoço. A construção teve início em 1598 e só foi terminar definitivamente em 1628.

Diogo de Campos, 1612: “Toda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar; não chega por algumas partes ao cordão e assim tem menos de dezoito palmos d’alto, faltando-lhe todos os parapeitos e antulhos das quattrinas, todas as casas da vivenda e almazéns, não tem poço nem cisterna, nem fonte, antes com muito trabalho, todos os dias, se provêem de muito longe, em vasilhas de água ou de cacimbas da praia; não tem restrelo nem contraportas, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo; finalmente é a mais miserável vivenda que se pode achar no mundo, por não estar acabada, pelo que os soldados fogem dela como a morte”.

É certo que havia ali o Potengi, mas suas águas recebendo a água salobra do mar não prestavam para o consumo. Os portugueses chegaram a fazer porto de pesca na Redinha e o peixe seco abastecia a fortaleza e os bolsos do capitão-mor, a quem cabiam quatro partes do que se pescava. Ao pescador, a quinta. É certo que havia um lugar ideal, onde existiu uma aldeia, num platô, alto e com vista privilegiada, protegido e próximo ao caminho da água de beber. O projeto português não era completamente sem eira nem beira, pois foram lá subir em busca de água, combateram os índios, selaram alianças e expulsaram os franceses que deitavam seus barcos rio adentro. Pois subiram os portugueses e, como era de costume, chantaram a cruz que afirmava a possessão portuguesa. Começava o que era, seria e que ainda hoje é Natal.

Camarão Grande

Foi o acordo com Camarão Grande, o Potiguaçu, que estabeleceu a paz definitiva. Em 1612, recebeu o nome de Antônio. Houve festa. No domingo, era manhã, flores enfeitavam o caminho até a igreja. Foi batizado. Ele, a mulher e os filhos. Antônio, que dançara e bebera a noite toda, voltou para casa, se vestiu de gala e retornou à igreja, só que para casar. Foi combater ao lado de Mascarenhas Homem, em 1614, no Maranhão, indo a pé. Morreu no caminho. O índio Poti, o futuro Dom Antônio Felipe Camarão, guerreiro, capitão-mor dos índios, era seu filho.

Só a paz faria a cidade

Libertaram Ilha Grande para que levasse o convite de paz. Mascarenhas, João Rodrigues Colaço e o padre Pinto, vindo diretamente de Fortaleza para ajudar, pela sua experiência de trato com os indígenas. Celebraram o acordo. Pois só a paz faria a cidade. E foram erguer a Cidade dos Reis a uma légua do forte, onde antes havia uma aldeia. Governaria a cidade o capitão da fortaleza que el-rei mandaria a cada três anos. João Rodrigues Colaço recebeu a primeira sesmaria e foi responsável pelas doações subsequentes registradas no traslado do auto da repartição das terras da capitania do Rio Grande, do ano de 1614. Os primeiros escravos chegaram por esse tempo. O capitão Colaço, quando foi requerer a sesmaria, escreveu que, por ter adquirido escravos da Guiné, começou a roçar e a fazer benfeitorias.

Começa a cidade

Poucos colonos requereram datas na cidade, e, desses poucos, outros tantos poucos as ocuparam. Portanto, o retrato da cidade em 1614 era o completo despovoamento e a matriz sem porta. Capelinha de barro socado, coberta de palha e ramos secos entrançados (os coqueiros não existiam aqui, ainda), uma entrada e sem porta. A cara que tem hoje só ganhou mais parecida em 1694. Para reforma e melhoramentos, vieram até donativos do rei. A torre, só em 1862. Para mais melhorias, acrescentaram arcadas, tribunas e púlpitos, e mandaram vir de Lisboa um quadro da Santa Ceia, que se perdeu. Também foi cemitério, pois os mortos eram sepultados ali. Isso até a cidade crescer mais um pouco e ganhar o cemitério do Alecrim.

Mas não se faziam assim as cidades de pronto

Foram lá os portugueses, ergueram a cruz, e daí a capela que daria origem à matriz, e começou a cidade na praça que se chamaria, no futuro, André de Albuquerque Maranhão. Até ali, era a Rua Grande. Natal começou com duas ruas, a Rua Grande, defronte à matriz, e o caminho de beber (Santo Antônio), que continuava na Rua da Conceição. Era só. E havia a ladeira para descer para a Ribeira e chegar à fortaleza, que não era rua, não era nada, e seria a futura Junqueira Aires, atual Câmara Cascudo.

Os portugueses eram práticos

Foram ao sítio, escolheram o melhor lugar e demarcaram os limites com cruzeiros. Uma ficou na descida para a Ribeira, ali onde hoje é a Praça das Mães; outra, no caminho para o Baldo. E tocaram a dotar concessões de datas e sesmarias para que se ocupassem os terrenos. Os usos fizeram o caminho. Natal começa na Cidade Alta e, de tanto se subir e descer a caminho da fortaleza, apareceu a Ribeira, que surgiu para completar o que Natal seria por mais trezentos anos. A Ribeira era um alagadiço só. Naquele tempo, sítio de moradia, plantações, terreno de pescadores, até fazer-se centro comercial com as casas disso e daquilo. Contam que, quando chovia, a ladeira de subir e descer virava um puro lamaçal. É certo que o sol sempre foi uma constante, o que levou o historiador oficial da cidade, Luís da Câmara Cascudo, a afirmar: em Natal há apenas duas estações: o verão e a do trem.

A cidade em 1609, Diogo de Campos Moreno:

“Meia légua da fortaleza do Rio Grande está uma pequena povoação, derivada dela a que chamam Cidade, donde João Rodrigues Colaço, que ali foi bom e proveitoso capitão, fez umas casas de pedra e cal mui suntuosas, que valem muito em que hoje está uma residência de Padres da Companhia. Esta povoação terá até 25 vizinhos, pobremente acomodados nas vivendas das casas, mas abastados de peixe e legumes de toda a sorte que na terra se dão e muitos dos de Portugal, como melões, pepinos, abóboras e finalmente todas as hortaliças, tudo tão estremado que avanteja as de Espanha, as frutas de espinho muito melhores que as das outras Capitânias, muitas toranjas e limões franceses e laranjeiras bicaís”.

A cidade, ainda por Diogo de Campos Moreno:

“Tem mais de uma povoação, a meia légua da Fortaleza pelo rio acima, como se vê no ponto A, a qual tem pobrementemente acomodados até vinte e cinco moradores brancos, fora da obrigação da Fortaleza, e destes tem pelas roças e redes e fazendas principiadas da capitania até oitenta moradores [...] os quais pediram modo de governança e se lhes concedeu o ano de 1611, pelo Governador Dom Diogo de Menezes, o qual, com parecer da relação, elegeu o juiz, um vereador, escrivão da câmara, procurador do conselho e procurador dos índios, e assim vivem hoje de que se tem dado aviso a Sua Majestade”.

O que foi e o que era

Natal jamais foi povoação ou vila, nasceu cidade. Nasceu, cresceu e ficou acanhada até meados do século XIX. Em 1607, Natal possuía 25 moradores e cerca de 80 nos arredores, pescando, caçando, plantando roça. Diziam os forasteiros: em 1612, cidade pobre, 25 moradores apenas; 1627, ainda poucos moradores, a gente mora nas suas fazendas, onde ergueram casas nobres; por depoimento de um índio em 1628: tinha uma igreja e oito casas. Em 1630: trinta ou quarenta casas de barro e palha, as melhorzinhas nos arrabaldes cujos moradores só aparecem na cidade em dia de domingo.

Em resumo:

1602 – três casas de pedra e cal, uma delas a do capitão João Rodrigues Colaço;

1611 – ergueram o pelourinho, hoje relíquia na entrada do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte;

1612 – doze casas de taipa e a igreja sem porta;

1630 – trinta a quarenta moradias;

1631 – cinquenta moradias.

Cidade apenas no nome

Cascudo: “Os trinta e quatro anos da cidade, 1599-1633, foram lentos, difíceis, paupérrimos. Interessava ao Rei o forte [fortaleza dos Reis Magos], a situação estratégica, o ponto militar de defesa territorial. Raríssimas mulheres brancas. Cidade apenas no nome. Uma capelinha de taipa forrada de palhas e os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando, colhendo frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado que se desenvolveria vertiginosamente a ponto de ter 20.000 cabeças em 1633, e as pescarias, de anzol, rede e curral. Havia o sal, colhido nas marinhas do outro lado do rio, Igapó, Aldeia Velha, antigas malocas dos potiguares. O peixe salgado e seco foi um dos produtos mais rapidamente divulgados, com mercados abundantes e fáceis”.

Mas os holandeses resolveram tomar o Rio Grande (1633-1654)

Marcial, da tribo Janduí, vai bater na presença do conselho de guerra holandês em Recife para sugerir a tomada das terras e da fortaleza. Volta num iate e numa chapula acompanhado do capitão holandês Joost Closter e do agente secreto Samuel Cochim. Isso era outubro de 1631. Era a primeira expedição, a de reconhecimento. Quando estavam para voltar, avistaram um clarão. Correram para verificar. Lá se depararam com o português João Pereira, o índio André Tacon, mulheres e crianças. Mataram o português e se apossaram de seus papéis. Foi o primeiro ato de violência registrado. Outros viriam.

Voltaram com uma segunda expedição

Expedição de averiguação e, na terceira, vieram com toda a força para tomar conta de tudo. Era outubro de 1633. Oitocentos e oito homens em oito campanhas, quatro de fuzileiros, quatro de mosqueteiros e viveres para nove semanas. Não levavam artilharia, pois pretendiam se apossar das da fortaleza. Os portugueses souberam quando embarcações lusitanas avistaram os inimigos nas proximidades de Baía Formosa. Parte desembarcou em Ponta Negra. Era tanta gente que começaram a desembarcar às 7h da manhã e só terminaram às 11h. Então subiram em direção à lagoa Manoel Felipe em busca de água, de lá para a Cidade Alta, onde foram recebidos com poucos tiros. Os moradores haviam abandonado tudo. Fugiram. Pela Rua da Conceição seguiram os holandeses até a Ribeira e, de lá, para a fortaleza, quando se juntaram com as tropas que desembarcaram no Canto do Mangue.

Pelo Potengi

As tropas que desembarcaram no canto do mangue entraram pelo Potengi. Ao atravessar a barra, enfrentaram a artilharia da fortaleza, que as bombardeou com os seus canhões. Revidaram. Mas os holandeses desceram e acamparam nas dunas, próximo à fortaleza, onde existia um poço de água potável. Ali ficaram até a chegada das tropas que desembarcaram em Areia Preta. Houve luta. A fortaleza tentou resistir, mas teve que se render. Após quatro dias de ataque, os holandeses saíram vitoriosos. Em 20 de dezembro, o nome do fortaleza já era Keulen, Kasteel Keulen. Os holandeses, quando ocuparam a capitania, fizeram uma nova cidade, conhecida por Cidade Nova ou Nova Amsterdã, em outro local, distante de Natal, nas margens do rio Jundiá, da qual não restaram vestígios. E daqui só saíam expulsos em 1654 para fundar a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

O tenente-coronel instruiu os capitães: “Quando se houver de operar o desembarque, farão proferir pelos soldados uma prece, implorando ardentemente ao Senhor a sua graça para a empresa que iam cometer, e em seguida animá-los corajosamente a se portarem na ocasião iminente como leais e valorosos soldados, de acordo com a sua honra e juramento. Deverão mais fornecer à sua gente pão para três dias e dois martelos de vinho, antes de sair de bordo, e verificar que todas as bolsas e patronas estejam bem fornecidas”.

Os holandeses na capitania

Na fortaleza ficaram a administração, o quartel e a residência dos funcionários e do amigo dos tapuias Jacob Rabbi e sua esposa, a índia cariri Domingas. A Rabbi é atribuída a violência que se espalhou durante o domínio holandês. É desse tempo que partem companhias como aquelas que mataram e trucidaram homens, mulheres, crianças e religiosos. O índio Antonio Paraupaba, junto com Rabbi, participou dos atos de violência em Cunhaú e Uruaçu. Paraupaba, arengando com os portugueses que haviam destruído a sua tribo, chegou a ir para a Holanda, mas depois voltou. Expulsos os holandeses, fugiu para o Ceará e de lá foi para a Holanda.

Rabbi

Rabbi era alemão, e os tapuias o estimavam. Passou quatro anos entre os índios, fez fortuna em suas pilhagens, amealhando joias, ouro, animais e escravos. Morreu assassinado, em ato considerado de vingança. Seus assassinos se apossaram de sua fortuna. Chegou ao Rio Grande com a permissão de Nassau para servir de intérprete entre holandeses e tapuias. A par das suas atrocidades, deixou o relato de sua convivência com os índios.

As atrocidades que cometeu ficaram conhecidas por Massacres de Cunhaú e Uruaçu. Mas Cunhaú e Uruaçu não satisfizeram Rabbi, que continuava a sair com os índios para furtar e matar. Tocava o terror. O registro de um dos atos de crueldade insana aponta: chegando a um acampamento de portugueses, matou todos sem distinção. Antonio Barracho teve a língua cortada e, em seu lugar, puseram os órgãos genitais, que haviam decepado; Mateus Moreira teve o coração arrancado pelas costas; e a filha de Estevam Machado, que restou viva, trocaram por um cachorro.

Muito decaída

Mesmo tendo visitado a cidade, Mauricio de Nassau, que fez belezas por Recife, ficou decepcionado com o que viu: uma cidade a seis léguas da fortaleza e muito decaída. Escreveu isso em 1638. Mas foi graças aos empreendimentos desse governante holandês que Frans Post veio a Natal e traçou o primeiro retrato da fortaleza. Frans Post esteve no Rio Grande em 1638 acompanhando Nassau, que se hospedou uns dias na fortaleza para se curar de uma moléstia. Conta Cascudo que Nassau veio curar-se de umas febres. Passou poucos dias e aproveitou para inspecionar a fortaleza. Recebeu a visita dos superiores das tribos aliadas, que lhe trouxeram presentes, armas e vestimentas de pena.

História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes, sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, ora governador de Wesel, tenente-general das províncias unidas sob o Príncipe de Orange (1647).

O livro, editado em latim, conta os oito anos de governo de Nassau no Brasil. Barleaus começou o trabalho em 1644 e concluiu em 1646. Publicado em 1647, às expensas de Nassau, foi impresso na afamada tipografia Johannes Blaeu, em Amsterdã, e saiu ilustrado com 32 gravuras de Frans Post feitas a partir de desenhos realizados no Brasil também utilizados na preparação dos 18 quadros que Post pintou no país. Hoje, dos 18, só se localizam sete, que foram doados por Nassau ao rei Luís XIV, da França.

O original

No fim da vida, arruinado, Nassau ofereceu ao rei da França um conjunto de suas preciosidades, entre as quais telas de Post e Eckout. O presente, naquela época, pressupunha uma contrapartida do presenteado. As obras chegaram a ser exibidas no Museu do Louvre, em Paris, em 1679, no entanto, Nassau faleceu sem receber a tal contrapartida. Os trabalhos ficaram esquecidos por muito tempo. Encontrados no Museu da Marinha francês, foram levados pelo pernambucano Pedro Souto Maior para compor o acervo do Louvre, onde hoje repousa o original da fortaleza dos Reis Magos, intitulado “Kusteel Keulen, Rio Grande, 1638”, cujas dimensões são 62 por 95 centímetros. Uma cópia pode ser vista no museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O índio Poti

Antônio Felipe Camarão, capitão-mor dos índios, aliado dos portugueses, escreveu para Antônio Paraupaba. Disse para ele que mudasse de lado e viesse se juntar aos portugueses. Entre agosto e outubro de 1645, trocaram cartas ditadas em tupi, língua geral dos índios. Era costume enviar com a carta uma mulher tapuia com um segredo que só deveria revelar ao destinatário. Outro índio que acompanhou os holandeses foi o primo do índio Poti, Pedro Poti. Antônio Felipe tentou convencê-lo a lutar a favor dos portugueses. Algumas cartas se salvaram, e nelas havia escrito: “(...) Não, Felipe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinar ou escravizarem tanto a vós como a nós todos”.

Pedro foi feito refém

Preso em 1649, padeceu na prisão até ser mandado para Portugal e morrer de varíola em 1652. Está nos documentos: “Pedro Poty, regedor da infeliz nação, tendo caído prisioneiro dos portugueses a 19 de fevereiro de 1649, na segunda funesta batalha de Guararapes, foi barbaramente tratado por aqueles algozes, excedendo o que perpetraram a todas as crueldades por mais desumanas que se possa imaginar: era constantemente açoitado, sofreu toda espécie de tormentos, foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a uma enxovia escura, recebendo por alimento unicamente pão e água, e realizando ali mesmo durante seis longos meses as suas necessidades naturais”.

Felipe e Clara

Antônio Felipe Camarão foi batizado pelos jesuítas catequizadores Diogo Nunes e padre Gaspar de Samperes, da Companhia de Jesus, em 1612, na sua terra Natal, Aldeia Velha, Igapó, tribo do seu pai, Camarão Grande. Escolheu Antônio por ser o santo do dia; Felipe, em homenagem ao rei de Portugal e Espanha; e Camarão por ser tradução do seu nome indígena, Poti. Batizado, ele, o pai e os irmãos, casou no dia seguinte. Mas teve que escolher apenas uma de suas mulheres. Casou com Clara. Não se sabe se potiguara ou carijó. Restou a história de que combateu ao lado de Poti, comandando uma tropa de índias guerreiras, e que foi vista montada em um cavalo, armada de espada e broquel, lança na mão.

Camarão juntou-se a Matias de Albuquerque para expulsar os holandeses. Lutou na Bahia em 1603 e em 1625, contra os potiguaras aliados dos holandeses, e ajudou Jerônimo de Albuquerque a conquistar o Maranhão. Em 1633, recebeu do rei de Portugal e Espanha o Hábito da Ordem de Cristo, 40 mil réis de renda, a patente de capitão-mor e o brasão de armas. Isso tudo por carta régia. Afirmou ter 46 anos em 1647. Adoeceu e morreu em Recife, 1648. O seu retrato está no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Foi o primeiro presenteado à instituição, em 1902, ano de sua fundação, por Alberto Maranhão, governador do estado. Também há um pintado a óleo no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, do pintor amador e cirurgião de profissão André Ferreira de Almeida, em 1867. Bem diferentes.

Acabou o domínio holandês

O capitão-mor da vez, Antônio Vaz Gondim, foi enérgico e tomou as medidas certas para garantir a paz, e seguiu trazendo três companhias de infantaria e cento e cinquenta moradores. Repovoou, restaurou a fortaleza, reconstruiu a matriz. Trouxe até engenheiro de fora para examinar as obras. Disse assim: se em seis meses os moradores não voltassem e construísem casas na cidade, seriam presos e pagariam multas a serem revertidas para as obras da matriz. Nomeou oficiais de justiça, escrivão de órfãos e de datas e sesmarias, da Fazenda Real e o Senado da Câmara, eleito pelo voto popular dos “bons homens”.

Câmara e Cadeia

1659 é o ano da instalação da Câmara em Natal. O edifício, fizeram onde firmaram também o largo do pelourinho. Na Rua Grande, em frente à matriz. Em dois pavimentos, o térreo era a cadeia; e o piso superior, o governo local. Nela se entrava por uma escada externa. A comunicação com a cadeia era por um alçapão por onde desciam os presos. Vereadores, juiz ordinário, escrivão e membros do conselho formavam o corpo da casa. Dois juízes, três vereadores, um procurador e os amocetés eleitos pelos oficiais para um mandato de um ano por eleição trienal. Eleição por pelouro, da seguinte forma: três pautas de eleição guardadas separadamente em pelouros abertos ao final de cada ano. O pelouro era uma bola de cera. O escrivão era o único funcionário empregado e a receber salário pelo cargo.

Cabia à instituição

Aferir pesos e medidas; controlar os preços; fornecer alvarás de funcionamento para o comércio; administrar a higiene e a segurança pública; disciplinar o uso do espaço urbano e manter os espaços públicos. Aplicava a legislação da época, as Ordenações Filipinas, expedia decretos e alvarás e governava a capitania. Até que veio a guerra. Os índios desciam do sertão na seca para sobreviver e atacavam fazendas, plantações, moradias. Era o terror dos colonos. Há registros de que em Natal só havia quatro moradores, em razão de todos os outros terem fugido com medo dos tapuias. Foi assim até 1688, uma desordem. A necessidade de pacificação trouxe de Pernambuco Domingos Jorge Velho, em 1689.

Guerra e paz

A ameaça da guerra dos índios meteu medo e foi a cidade se enfiar na fortaleza. Está nos documentos. O capitão-mor Agostinho César escreveu para a coroa: quando cheguei, achei o meu antecessor metido na fortaleza sem mando e indisposto... A fortaleza foi a primeira residência do governo. A guerra levou mais de duzentos homens, tantas mil cabeças de gado e cavalgadas. Escreveram ao rei que, por obséquio, mandasse Vossa Majestade indenizar os colonos pelas despesas para alimentar as tropas e, como prêmio, que repartisse entre os colonos as terras conquistadas. A paz com os índios foi celebrada em Natal por tratados escritos que começavam assim: aos tantos dias de mez tal deste presente anno nesta cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, nas cazas de morada do capitão mayor o anno de mil seiscientos e noventa e cinco...

Século XVIII

Vieram a paz e a cidade, anotou Cascudo: bebendo água do Baldo e o sino da matriz marcando o tempo para a ceia. Até 1700, Natal com duas ruas: uma defronte à matriz e o caminho de buscar água, que corresponde às ruas Santo Antônio e da Conceição.

1722: trinta casas, e o resto é mato.

1729, relatório de Maia Gama, inspetor das capitanias: “A cidade é fundada em um alto areento, contudo muito capaz e lavado dos ventos, e tem 50 para 60 casas, e o mais da gente vive pelas fazendas”.

1753, por Cascudo: “Natal podia ter cinquenta casas de taipa, cercadas de mato. A Ribeira era um pântano onde dormiam as

sombras cinzentas dos coqueirais. Árvores de vulto cobriam as ruas que hoje correm para o sul e leste. Não estavam construídas as igrejas Santo Antônio nem a do Senhor Bom Jesus das Dores. A Casa do Governo era na Rua Grande (que apenas em 1888 passa a se chamar Praça André de Albuquerque, assim designada até hoje). Reinava em Portugal El-Rei Dom José. Toda a cidade se apertava entre a avenida Junqueira Aires [antiga Rua da Cruz, atual Câmara Cascudo] e proximidades do Baldo. Talvez não tivéssemos trezentos moradores”.

1757, nas palavras do ouvidor-mor da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha: “Terá de povoado quatrocentas braças de comprimento e de largo cincoenta, com cento e dezoito casas; no fim desta, no lugar chamado Ribeira, há um rio de água salgada, o que chamam Rio Grande, e tem sua barra, onde há uma fortaleza”.

Episódios da vida cotidiana

Muita coisa aconteceu, inclusive loucuras e desmandos dos governantes, inquietando a cidade. O Senado da Câmara e Cadeia escreveu para o rei de Portugal pedindo que substituíssem o capitão-mor. D. João V nada fez. O homem ficou, e até sobreviveu a um tiro. Triste fim teve outro. Roubava, era violento, o diabo. Mexeu com donzela e o pai da moça veio tomar satisfação; tirou à força uma escrava de um vereador e ficou por isso mesmo. Luís Ferreira Freire era capitão-mor e morreu baleado em 22 de fevereiro de 1722.

Náufragos e mentirosos

A cidade não aumentava nada, e tinha 118 casas quando mais um fato lhe perturbou a vida. Em 1763, apareceram uns náufragos. E não eram poucos: 60 homens! Eram fortes, altos, vermelhos, nórdicos, sacaram moedas e a estadia foi festa, bebedeira, farra e até noivados. Depois se soube que não eram náufragos coisíssima nenhuma. Eram rebeldes, haviam tomado o navio e o dinheiro que gastaram era da Companhia das Índias Ocidentais. Foram presos e mandados para Lisboa, e de lá foram cumprir pena na Holanda.

Morre Caetano da Silva Sanches

Mas tragédia mesmo foi o que a cidade sentiu com o falecimento do capitão-mor Caetano da Silva Sanches, benfeitor da Igreja Santo Antônio, falecido em 1800 e sepultado na matriz com choro e vela. Veio dele o galo de bronze empoleirado no alto da torre da igreja. Era um presente do homem devoto do santo. Reza a lenda que o galo chegava a cantar e, um certo dia, um raio o fez despencar lá de cima e o silenciou de vez. Mistérios inexplicáveis de uma cidade pequena. A igreja é coisa mais antiga, considerada a terceira da cidade. Sua construção data de 1763.

Igreja do Galo

Barroca no estilo. O frontão curvilíneo é a prova característica. Corpo central, ala lateral e torre cuja cúpula é revestida de azulejos. Apenas a fachada principal é ornamentada. Edifício caiado. A planta também é simples, uma nave retangular, capela-mor, e uma única torre quadrangular. A torre é posterior, data de 1799. Os espaços secundários são a sacristia e área de circulação. Cascudo destaca que a torre é influência mulçumana. A ala lateral esquerda, que abriga o Museu de Arte Sacra, foi construída posteriormente. O museu está lá para quem quiser visitar. E assim a história avança para 1800. Cascudo registra Natal em 1808: 1.936 brancos, 2.836 mulatos, 1.127 pretos. Vem a Família Real para o Brasil, abertura dos portos e a passagem do inglês Henry Koster por aqui...

Do relato sobre a cidade do Natal do inglês Henry Koster, em seu livro Viagens ao Nordeste do Brasil (1817). Quando chegou a cavalo, vindo do Recife, corria o ano de 1810. A tradução para o português (de toda a obra) é de Luís da Câmara Cascudo (anos 1940):

Cheguei às 11 horas da manhã à cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque, se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro.

As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita porque contém a Igreja Matriz. Consiste numa praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas que são três, o palácio, a Câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas. Esse lugar contará seiscentos ou setecentos habitantes.

Fui imediatamente ao palácio levar as cartas de apresentação que trazia para o governador, de vários amigos seus de Pernambuco. Recebeu-me de maneira muito cordial. Pediu-me o passaporte, que lhe entreguei. Apenas o abriu e logo devolveu, afirmando fazê-lo por ser sua obrigação proceder desta forma. Disse-me que ficasse com ele e que ia providenciar uma casa para o meu povo. Jantei com ele à uma hora, com um dos ajudantes de ordens. À tarde saímos passeando para ver a cidade baixa. É situada nas margens do rio e as casas ocupam as ribas meridionais e não há, entre elas e o rio, senão a largura da rua. Essa parte pode conter duzentos a trezentos moradores, e aí residem os negociantes do Rio Grande.

A barra do Potengi é muito estreita, mas tem profundidade para os navios de 150 toneladas. A margem setentrional avança consideravelmente e, por essa razão, é necessário que o navio rume ao sul para entrar. O canal, no meio dos arrecifes que ficam a pequena distância da praia, requer o conhecimento. Enfim, o porto é de acesso difícil. O rio é muito seguro, quando se haja vencido a barra. A água é profunda e completamente tranquila, e nesse ponto há amplitude para que dois navios possam entrar. Adiante o fundo é raso e, num espaço de algumas milhas, a profundidade é extremamente diminuída. Imagino que seis ou sete navios podem estar perfeitamente no porto. Não se

deve penetrar em barras formadas entre bancos de areia, como esta, senão com bons pilotos, porque elas mudam sempre de lugar e de fundura. Quando a maré se eleva, as margens do norte são inundadas até uma milha à entrada do porto e o mar cobre uma grande extensão de terra que, à maré vazante, fica constantemente úmida e lodacenta, mas permitindo suficiente passagem. O governador está construindo uma calçada neste ponto e a obra está prestes a finalizar-se. Essa nova estrada terá perto de uma milha de comprimento.

A capitania do Rio Grande é sujeita ao governador de Pernambuco, como antigamente o eram Paraíba e Ceará, mas, há alguns anos, elas se organizaram em pequenas províncias independentes.

O governador, Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque, nasceu em Pernambuco e é irmão mais moço do chefe da família Cavalcanti, ramo dos Albuquerques. Seu pai, brasileiro também, fora cadete num regimento de linha no Recife e posteriormente se estabeleceu com plantações de cana-de-açúcar, e fez fortuna. O velho morreu, deixando a cada um de seus filhos consideráveis propriedades. Dois permaneceram nos seus engenhos e ainda continuam. O terceiro filho ingressou para um regimento em Olinda e se fez estimado pelos soldados. O regimento contava apenas uma companhia, e, conservando o comando, gastou muitas somas do seu dinheiro para equipamento completo. Foi a Lisboa tratar de negócios relativos à sua companhia, e em sua ausência houve uma denúncia, acusação privada de um dos inimigos da família, de que os irmãos e ele conspiravam contra o Governo. Obrigado a fugir de Lisboa, amedrontado com a ameaça de prisão, foi à Inglaterra, onde a recepção que lhe fizeram o obrigaram a procurar sempre ocasião de testemunhar seu reconhecimento às pessoas daquela nação.

Os irmãos sofreram muito, pessoal e materialmente, mas por fim o assunto se esclareceu e a acusação se provou ser falsa. Francisco se viu imediatamente promovido a major e logo após mandaram-no governar o Rio Grande. É um homem de talento, muito dedicado no tocante aos seus deveres, entusiasta de dotar de condições melhores o povo que lhe haviam dado para administrar. Lamento dizer que ele foi transferido para o governo insignificante de S. Miguel, um dos Açores, nas ilhas ocidentais.

Quando chegou ao Rio Grande, raras eram as pessoas que se vestiam bem, mas ele conseguiu persuadir uma família a mandar comprar no Recife tecidos manufaturados na Inglaterra. Uma vez introduzidas, essas mercadorias fizeram sucesso e, como ninguém queria ser excedido por outro, no curso de dois anos o uso se tonou geral.

Visitamos a igreja à tardinha. Todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sedas de várias cores, com véus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à igreja de saíotes de algodão, feitos em Lisboa, panos de tecido grosseiro na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés.

A força militar se compõe de 140 homens, uma companhia, e em muito melhor ordem que as de Pernambuco ou Paraíba. A capitania do Rio Grande goza de perfeita calma e os roubos são raros.

O governador promove a construção de um grande edifício, com fundamentos sólidos, para o qual contribuíra liberalmente, e cuja renda devia ser aplicada para manter as viúvas dos soldados da capitania. Creio que essa obra não foi abandonada depois de sua remoção.

A situação dos presos era extremamente cruel e, desejando melhorá-la, o governador havia pedido que os principais moradores fizessem semanalmente uma coleta para esses infelizes. Nos primeiros tempos, tudo foi bem, mas, algumas semanas depois, descuraram-se. O governador, pessoalmente, tomando a bolsa e acompanhado por um dos seus ajudantes de ordens, foi pedir a todas as casas. Dizem que essa fora a melhor semana que os sentenciados haviam passado desde sua prisão, porque as pessoas haviam dado muito além do usual. Essa excelente prática foi, de então, retomada com ardor pelos mesmos indivíduos que a tinham esquecido.

Uma embarcação inglesa naufragara perto do Natal e tive ocasião de constatar que os proprietários ficaram perfeitamente satisfeitos com os esforços feitos para que todo o carregamento fosse salvo.

A estiagem desse ano causara a falta de farinha de mandioca, o pão do Brasil, e o preço se elevou tanto no Recife, Goiana, etc., que os negociantes do Rio Grande que possuíam esse produto começaram a embarcá-lo, para mandar por mar, aos outros mercados. O governador proibiu. Ordenou que a farinha seria vendida no mercado, ao preço que os proprietários teriam pedido na exportação. Reservou, por sua conta, o que não foi vendido logo, para ir, pelo mesmo preço, suprimindo as necessidades futuras.

Ouvi esses episódios, em parte, dele mesmo, e em parte de pessoas ilustres da cidade às quais fui apresentado. Quando o governador deixou Natal, para seu governo em S. Miguel, o povo o acompanhou, até certa distância, rogando pela sua felicidade.

Se tantos fossem precisos

O poeta Gonçalves Dias quem conta. Coisa de 1801. Obra do capitão-mor recém-chegado Lopo Joaquim de Almeida Henriques. Cá está: Lopo, homem despótico e violento, cometeu toda espécie de arbitrariedades: mandou fazer roçado de mandioca e plantações de melancia, e não pagava os impostos. O clamor de tantos absurdos chegou a ocupar a atenção da Corte e, por ordem dela, o governador de Pernambuco intimou o capitão-mor a que, em nome do rei, se retirasse no prazo de oito dias, se tantos fossem precisos.

Nascia o Baldo

Mas pelo menos, conta Cascudo, ele mandou fazer um benefício à cidade: “Construiu um muro barragem ao Rio de Beber. Fizeram um Balde, anteparo, tapado de arrimo. O técnico foi o capitão de artilharia do Regimento de Olinda José Xavier de Mendonça, comandante da Companhia de Linha sediada em Natal, e os operários, praças da Companhia. Ficou o topônimo, Baldo, no fim da Cidade, no lado do sul, hoje praça, no começo do Alecrim”. Natal sempre andou pouco a pouco, o crescimento foi lento, e as melhorias, espaçadas. No século XIX, a Rua da Conceição era a mais habitada, havia várias casinhas, depois demolidas para dar lugar à praça (atual Sete de Setembro) e ao palácio (Palácio Potengi, hoje Pinacoteca do Estado).

Separatista

Resultado da insatisfação com a Corte no Rio de Janeiro, movida pelos ideais da República e da liberdade, querendo constituição e outras mudanças tantas, padres e coronéis, capitães e senhores de terras e engenhos e fazendeiros uniram forças para deflagrar uma revolução em 1817. Em Natal, a coisa se passou com ocupação e instauração de governo provisório, numa história já narrada em detalhes nos últimos duzentos anos. Nessa, Miguelinho foi mártir. Seu retrato, pintado cem anos depois, em 1917, por Parreiras, está no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte para quem quiser conhecer, bem como o de André de Albuquerque Maranhão, outro revolucionário que caiu preso e foi morto na repressão ao movimento.

A revolução

Os revoltosos ocuparam os edifícios públicos e, no palácio do governo, sacaram uma bandeira branca, símbolo da paz. André de Albuquerque, presidente. O governo provisório foi organizado na Casa de Câmara e Cadeia e, de lá, os nomeados foram bater na porta da matriz e invocar as bênçãos de Deus. O novo governo instalou-se no edifício do Erário, um prédio construído entre 1790 e 1810 com um pavimento apenas — o segundo só apareceria em 1875. Hoje, Memorial Cascudo, Praça André de Albuquerque. Até que soprou o vento contrário. Os revoltosos foram presos.

André ferido

Dona Izabel Gondim, professora, primeira mulher admitida nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1929, narra em pormenores a deposição do presidente André de Albuquerque, o drama do ferimento, a morte. André ferido, algemado, conduzido à fortaleza, ficou no calabouço. Sem pão, nem água. Não resistindo aos ferimentos, morreu. Hoje, seus restos mortais repousam na matriz. Está lá a placa que os identifica. Era jovem, bonito, idealista; outros, dizem: foi falso mártir, porque não tinha os ideais de liberdade e democracia.

Dona Izabel Gondim

Professora, resolveu se aposentar. Faleceu em idade avançada, e ninguém sabia quando tinha nascido. Omitia. Cascudo disse: é a mais antiga escritora da cidade. Dedicou a vida ao magistério e à escrita. Escreveu para revistas e publicou livros. Quando os voluntários da Guerra do Paraguai retornaram, foi ela quem fez a saudação, numa manhã de agosto de 1870. Dizem que foi em versos. Gostava de poesia e história. E até uniu os dois numa peça de teatro. O volume está hoje na coleção de obras raras do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. E já era correspondente do instituto histórico de Pernambuco de 1883. Dizem que servia chá com torradas, já velhinha, nas tertúlias que promovia em sua casa para sacudir o marasmo da vida na capital.

Cascudo registra:

“Nas notas manuscritas que ela enviou para o Instituto Arqueológico, iniciou a biografia desta forma: Dona Izabel Gondim nasceu em Papari a 5 de julho de 18...

Januncio da Nobrega, então estudante, n'uma saudação à Dona Izabel, em data aniversalícia, perorou:

– Hoje, dia de alegria! Hoje que completais...

E, voltando-se para a homenageada:

– Quantos, Dona Izabel?

Dona Izabel, imperturbável:

– Siga seu brinde, Doutor Januncio, siga seu brinde...

O Instituto Histórico informa que nascera a historiadora no sítio “Ribeiro”, Papari, a 5 de julho de 1839”.

Primeiro sobrado

Rua da Conceição, 601. Conhecido por Sobradinho. Com beiral em cauda de andorinha. Colonial. O telhado é véu de noiva e ainda está lá. A arquiteta Jeane Nesi radiografou: fachada principal emoldurada por cunhais revestidos de massa e beiral corrido, com extremidades adornadas com telhas rabo-de-andorinha e arrematado por cornija. Possui uma porta de acesso e duas janelas no térreo. No pavimento superior, duas janelas do tipo guilhotina, ladeando uma sacada com guarda-corpo de ferro. Todos os vãos possuem arcos abatidos e cercaduras de massa.

A varandinha não aguarda mais a passagem da padroeira em procissão, quando exibia na sacada uma colcha vistosa. Também sumiu a data da construção sobre a moldura da porta. Foi mandado fazer pelo seu proprietário e foi o primeiro sobrado residencial que Natal conheceu. Nessa altura, só a Casa de Câmara e Cadeia. Seu dono era o rico senhor de Pitimbu. Mas ele, que era o capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo, só foi ter o sobrado pronto em 1820. As obras, que começaram em 1818, levaram dois anos. E o sobrado reinou único até 1847/1850, de quando datam os outros que surgiram na Rua do Comércio.

Tomaz de Araújo fugiu no barril

1824. Os ânimos voltaram a estar acirrados, e o governo e o povo em polvorosa. Aí calhou de assumir o comando da capitania Tomás de Araújo, que só fazia o que queria e contrariou muita gente. Não durou um ano. Foi de 5 de maio a 8 de setembro. Tomás de Araújo fez um governo calamitoso, e, para deixar Natal e voltar para Acari são e salvo, só escondido. O remédio foi ocultar-se num barril, levado na cabeça pelo escravo Genguela, que era forte e parrudo e podia com aquilo. Dizem que foi assim com medo de ataque dos índios de Extremoz, que àquele tempo planejavam invadir a cidade justamente por não terem sido atendidos por ele. Outros dizem que era medo de cruzar na viagem com o capitão Francisco Ribeiro de Paiva, vulgo Mataquiri, que com certeza ia tirar satisfação.

Serestas e modinhas

Fizeram sucesso de 1830 até 1855. Manuel Joaquim e seu primo Francisco Eloi, o Piloto. E dançaram e instituíram o fandango na cidade. Isso foi muito antes de fundarem o Mar de Guerra e de Lourival Açucena triunfar com o seu grupo de amadores. Aliás, Açucena aprendeu com o pai, que era o sabido Manuel Joaquim. Animado, feliz, tocador, bom bebedor de cachaça, vivia na boemia, mas era senhor do seu emprego, onde era também colega do primo Eloi. Viviam na Rua do Fogo fazendo a noite. Manuel Joaquim foi a criatura mais conhecida, mais viva e mais festejada. Sabia jogar espada muito bem e não perdia uma noite de lua cheia. Cantava, cantava, amores doidos e perdidos. Quando a madrugada chegava e ele cansava, abria o alforje e tirava os copos de vidro, a cachaça e o peixe frito.

Padre Guerra fez rodar *O Natalense*

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte se encontram os últimos exemplares existentes. Obra do Padre Brito Guerra, uma inteligência do seu tempo, deputado e senador. Por iniciativa sua, apareceu em 1832 o jornal, o primeiro da cidade, mas que tinha que ser impresso fora. Primeiro, no Maranhão. Também teve edição rodada em Pernambuco e no Ceará até 1837, quando foi suspenso pelo presidente da província, Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, o conhecido presidente Parrudo. Por oposição e implicância política. Era cheio das suas. Osso duro de roer. Demitiu, sem razão, o professor Urbano, de geometria, pai de dona Isabel Gondim. Indelicadeza, se não fosse um desaforo. Amalucado, prepotente, cheio de libidinagem, terminou assassinado na sua choupana, sítio, arrabaldes de Natal, recanto dos seus amores loucos, em 11 de abril de 1838.

Cascudo narrou em *Acta Diurna* a morte do Parrudo

Pender do sol. Abril de 1838. Quarta-feira Santa. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa no sítio da passagem, Barro Vermelho, propriedade de Braz Alvares. Numa rede, ouvia o chilrear da cunhã, cor sapoti e cabeleira de graúna, e um olhar de brasa assoprada. Do outro lado da cerca, no mata-pasto, bem deitados, três homens olhavam. O mais forte deles, João Nunes, o Alferes Joca, da Serra do Pires, em São Bento, havia sido emprestado pelo coronel João de Oliveira Mendes. E o segundo também: Antônio Coró, escuro e feio e antigo soldado de linha. O terceiro, chamado Forte do Buraco, era cedido, e a curto prazo, por Dendé Arcoverde. Apenas João Nunes estava armado. Portava um bacamarte cujo cano acompanhava as voltas de Parrudo. Aí a cunhã se retirou, dando, sem querer, o sinal. Alferes Joca aprumou o gatilho e pronto. Pou! A nuvem de fumo enrolava o peito do homem que, num segundo, estirara a mão, tateando o punho da rede, onde deitava uma pistola de dois canos metida nos coldres. Os dois homens correram. Faca na mão. E acabaram o serviço. Depois, em cavalos de raça, sumiram. Sem deixar rastro.

O doutor Barata

Pequeno, magro, feio. Andar agitado, cabeleira comprida. Baiano. Cipriano José Barata de Almeida nasceu em 1762. Estudou filosofia em Coimbra, era bacharel. Só andava no algodão e no couro nacional. O chapéu, de palha; a bengala, de jucá. Muito Brasil, até no trajar. Sua vida, agitação só. Preso diversas vezes, envolvido em revoluções, impossível nos jornais. Com a mulher e os filhos, veio viver em Natal. Era 1837. Aqui clinicou. Primeiro ocupou casa na Rua Grande (Praça André de Albuquerque) e se tornou professor no Atheneu. A casa mais baixa que a rua. Quando iam visitá-lo, ele não dizia “entre”, e sim “desça!”. Aqui morreu, velho, doente, debilitado, pensando que discursava pela independência: viva a Pátria! Foi sepultado na Igreja Bom Jesus das Dores, Ribeira.

Trinta e nove em diante

Em 1839, no final do ano, 25 de novembro, caiu aqui o primeiro vapor. Em 1842, o primeiro médico apareceu: Dr. José Bento Pereira da Mota. Só quinze anos depois viria o primeiro norte-rio-grandense formado em medicina: Luís Carlos Lins Wanderley, cujo retrato com suíças, bem a seu tempo, pintado a óleo, pertence ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e está lá em exposição. Em 1845, uma seca danada. Em 1849, criaram e fundaram a capitania dos portos. Manoel José Vieira foi o nomeado pelo governo imperial para o comando. O Hospital de Caridade, só em 1855.

Era preciso dinamitar os arrecifes

Ribeira, 1860. A ideia do Cais Salgado frustrada, não havia dinheiro. E o Império fazia ouvido mouco e o governo local não havia recurso suficiente. Em 1863, nova tomada de fôlego e a tentativa vira o Cais da Alfândega. Não esperaram muito e, em 1867, o Cais do Passo da Pátria estava pronto. Tomaram gosto e aprontaram mais um. Até que, em 1876, veio o engenheiro inglês John Mawkshaw e disse: a entrada deste porto é péssima. E apresentou a solução: era preciso dinamitar os arrecifes.

Uma cidade doente

Febre amarela (1850), cólera-morbo (1855), varíola (1877; 1882). Natal foi uma cidade doente. Não havia saneamento, nem cemitério. O povo sepultado nas igrejas. A população não aumentava e as epidemias matavam. De 1805 a 1855, a população aumentou em 61 habitantes. Resultado: 6.454 pessoas viviam em Natal em 1855. Vieram as providências. Cemitério do Alecrim (1856), Hospital de Caridade (1856), Lazareto da Piedade (1882). O hospital estava mais para um abrigo. Sem pessoal, sem condições. Instalado numa casa na Cidade Alta, atendia indigentes, doentes pobres e presos. Foi arremedo de hospital até 1882, quando apareceu, no Alecrim, o Lazareto. Mil oitocentos e cinquenta e seis ficou conhecido como o ano da cólera, o presidente da província, presidente Passos, mandou construir a torre da matriz e comprou um relógio, que ficou funcionando.

Otaviano Raposo da Câmara ficou até 1858 e saiu prendendo gente, inclusive importante, mas que era criminoso, até o temido chefe da Mataquiri, Antônio Ribeiro Paiva. No meio, também um rapaz da sociedade: José dos Santos Caria Junior. Escrivão, coronel, major e até bandoleiro entraram na dança. Nem o terrível Dendê Arcoverde escapou. Para não ser preso, foi para o seu Cunhaú e cometeu suicídio a 26 de julho de 1857. O meio burro, arma do seu homem de confiança, está no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para quem quiser ver.

Trinta e dois anos depois

O então presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, manda fazer o mercado público em Natal. Era 1860. Mas só foi inaugurado trinta e dois anos depois. Foi ele quem trouxe pela primeira vez à cidade o engenheiro Ernesto Amorim do Vale, encarregado de diversas obras na província. Parece que o engenheiro deixou nome e bons serviços prestados, pois novamente foi chamado para atuar. É dele o edifício de gosto neoclássico destinado à Assembleia Legislativa, pronto em 1873, e que viraria sede do governo do estado. Também foi ele quem projetou o que precisava ser construído e reparou tudo que precisava ser reparado.

Melhoramentos

Têm ainda o dedo dele: o mercado público, o Hospital de Caridade, o quartel da polícia, a prisão, a alfândega. E ajeitou a fortaleza e também a matriz, onde instalou o relógio. Fez muito. Até pavimentou as ruas da cidade, que era um areal; e um lamaçal, quando chovia. Depois dele o sucesso foram os postes de ferro vindos da Europa para iluminar a cidade, em 1883. Em 1888, por determinação da Câmara Municipal, começaram a mudar os nomes das ruas. Aí, a Rua Grande virou Praça André de Albuquerque.

Cascudo: “Henrique Pereira de Lucena, depois barão de Lucena, Ministro onipotente do generalíssimo Deodoro da Fonseca, governo de 1 de julho a 17 de novembro de 1872. Achou Natal uma vila insignificante e atrasadíssima do interior [...] Assinou contrato, a 8-6-1872, para a construção de uma estrada de ferro para o vale do Ceará-Mirim, atravessando o Potengi com uma ponte metálica. Tudo se fez nas primeiras décadas do século imediato. Inaugurou o farol do Forte, a 27-9 de 1872, e consertou a tradicional Cacimba de S. Tomé, em Natal, cuja placa de mármore está no Instituto Histórico local”.

Doutor Bandeirinha

Cascudo: “O Doutor Bandeirinha governou até 10-5-1875, e governou bem”. Instalou a Companhia de Aprendizes Marinheiros (1873) e a Escola Normal (1874-1878), e concedeu a João Crisóstomo de Oliveira a possibilidade de construir e explorar um teatro por 20 anos. Veio o Santa Cruz, que desabou na manhã de 17 de abril de 1894. Foi Bandeirinha quem pagou a Joaquim Inácio Pereira pelo sino da matriz.

Cronologia

1856, ergue-se o hospital público e, no Alecrim, o primeiro cemitério público da cidade;

1858, temos iluminação pública com lampiões;

1859, construção de um edifício próprio para o Atheneu Norte-Riograndense;

1860, começa a construção do mercado público;

1865, construção de um edifício para a Assembleia Provincial, que reuniria, além dela, a Câmara Municipal do Natal, o Tesouro da província e o tribunal do júri;

1866, mandam fazer a ladeira do Baldo;

1870, finalmente é calçada a Rua da Cruz (Aterro Colonial Ladeira, Conselheiro João Alfredo, depois avenida Junqueira Aires, hoje Câmara Cascudo), que liga Cidade Alta e Ribeira;

1878, o telégrafo elétrico transmitiu 187 telegramas e recebeu 95!

1878, começam os trabalhos para a construção da estrada de ferro Natal-Nova Cruz e a remoção de terra no Refoles;

1881, inauguração do primeiro trecho da ferrovia, que ligava Natal a São José do Mipibu;

1888, inauguração da fábrica de tecidos;

1889...

Importante progresso

Assim relatou o vice-presidente da província, Manuel Januário Bezerra Montenegro, em 4 de dezembro de 1878, à Assembleia Legislativa: “No dia 4 de dezembro do corrente ano, inaugurou-se aqui este grande melhoramento, verdadeira maravilha do século XIX. Compareceram ao ato as principais autoridades e pessoas distintas desta capital, que, repletas de júbilo, dirigiram ao Governo Imperial e amigos de outras províncias festivas congratulações pelo importante progresso”.

1800, a segunda metade

Até o começo do século não havia correio. O capitão-mor, quando queria mandar recado, arrumava um sujeito de confiança para levar e trazer correspondência ou, quando passava um barco, entregava aos cuidados do capitão. E o assunto ia por navio. Assim, a cidade foi a sobressaltos. Maioridade de Dom Pedro II, Guerra do Paraguai, abolição da escravidão, República, Canudos. A tudo Natal assistiu participativa, enviando até soldados para as duas guerras. Coitados. Começam a aparecer as velhas figuras, ainda novas, que construiriam a outra metade e aprontariam o século XX. Uma dessas foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que inventou a República por aqui.

Condoreiro demais

Para Canudos, Natal mandou o 34º Batalhão. Falaram Ferreira Itajubá, Segundo Wanderley e outros. Segundo era médico, poeta e escrevia peças de teatro. O mais querido! Até que um dia foi criticado por Henrique Castriciano no jornal. Disse Henrique: “Segundo era condoreiro demais”. Ficou nisso. Outras polêmicas viriam, mas é coisa do século XX. Segundo empostou a voz e foi ouvido pelo batalhão e mais uma troçada de gente. Muito antes de começar a dizer “Soldados, chegou a hora de triunfar ou morrer...”, foi saudado com uma saraivada de palmas entusiasmadas. Era o vate!

O doutor Antunes

Muito alto, muito magro, muito preto. No seu tempo, médico não usava branco. Cirurgião policlínico, baiano de 1844, em 1872 já estava em Natal. Veio contratado para dirigir o Hospital de Caridade. Aqui ficou e aqui morreu (1916). Só envergava fraque escuro que, de tanto uso, esverdeou. Cascudo: “Era protocolar, cerimoniático, fanhoso e solene. Não dava intimidade a ninguém”. Era lido, poliglota, avaro e rico, solitário e solteirão. Irritava-se com facilidade. Cascudo: “Andava pausado, pomposo, num passo processional de cortejo religioso”. Era moreno e odiava negro. Em Berlim, mudou de hotel, porque a criada examinava os lençóis para ver se ele havia desbotado. Respeitado, foi procurado para assumir a junta governativa quando veio a República. Recusou. Foi o primeiro orador do primeiro meeting da cidade, na Praça do Rosário, a 17 de maio de 1873, protestando contra a nomeação do vigário Joaquim Francisco de Vasconcelos.

Pela penúria do cofre municipal

Lei Provincial de 1874 autorizou o presidente de província a conceder bolsa a dois jovens artistas da cidade. Joaquim Fabricio de Souza e Manoel Franklin de Almeida receberam 500\$000 por ano, cada um, para estudar belas artes no Rio de Janeiro por três anos e, ainda, poderia o presidente oferecer as passagens de ida e volta. A receita vinha dos impostos municipais, dos foros de patrimônio, das multas policiais e infrações de postura, das multas aos jurados, dos arrendamentos dos terrenos de marinha, da concessão de licenças para abertura de lojas e outras atividades, como rendas de espetáculos e divertimentos públicos, e da quantia que a Assembleia Provincial anualmente consignava para a realização de obras públicas. Já as despesas... Gratificações aos empregados públicos, limpeza das ruas, fontes, estradas, pagamento de dívidas públicas, aluguel da Casa do Mercado, assinatura do diário oficial, gastos com as eleições, com júri e... as despesas eventuais!

A instrução pública

Havia três escolas para homens e duas para mulheres na Cidade Alta. Na Ribeira, uma para homens, outra para mulheres. Um total de 364 alunos. Deles, 255 meninos; 109 meninas. Na escola para moças, além de se ensinar a ler e escrever, cálculo, história e geografia, ensinavam-se trabalhos de agulha. O ensino secundário era obra do Atheneu, inaugurado em 1836 e que, em 1873, passou a abrigar uma Escola Normal para instrução primária, registrou Manoel Ferreira Nobre no seu breve relato sobre a província, de 1877.

Ao abrigo de frondosas gameleiras

Criada por resolução provincial de 1841, a feira livre da Cidade Alta só foi ser efetivada em 1853. Na Rua Nova, à sombra das gameleiras. Parece que a primeira legalmente instituída na cidade. Na Ribeira, havia outra, debaixo de uma frondosa tatajubeira, Rua Frei Miguelinho.

E a do Passo da Pátria...

A mais falada. Muitas providências foram tomadas, como o calçamento com pedra preta da ladeira que levava e trazia o povo. A ladeira era um terror. Uma poeta da cidade não ousou comparar a altitude e inclinação aos Alpes suíços! Dali, vinha tudo em matéria do que se precisava em telha, tijolo, madeira, frutas, verduras e legumes, animais de criação de todo tipo. Passo da Pátria, quem conta é Cascudo, porque o então presidente da província, Olinto José Meira, quis homenagear o General Osório, da Guerra do Paraguai, que atravessou o Rio Paraná de um lado para o outro, chegou ao Paraguai e derrotou Solano Lopes. Mas o Passo, antes de ser Passo, já existia derna de 1780...

Noite adentro

Descia todo mundo para a feira, que era um sucesso: moçoilas, matronas, cavalheiros, soldados de polícia, pescadores, um mundo todo de gente. Botequins, barracas de caldo de cana, banca de jogos, tudo isso esperava esse povo todo. E o povo todo se fartava a não mais poder de tapioca com coco, alfenim, sequilho, broa, doce seco, pé de moleque, café com bolacha e grude de Extremoz. Cachaça e sarapatel apimentado só depois das oito horas da noite, quando as famílias se retiravam e o baile e a festa, a farra, a boemia tomava conta de tudo noite adentro.

Cama, mesa e talvez banho

Quem chegasse a Natal a cavalo ou a vapor (não de trem, porque em 1873 ainda não havia, só a promessa) e não tivesse parente na cidade, poderia tomar um quarto mobiliado no Hotel Francês, ou Bimôa, como era mais conhecido. Ribeira, Largo da Campinha do Forte. A proprietária era a distinta senhora Francisca Generosa Gosset de Bimont, falecida em 1881. Segundo o anúncio, ocupava vasto edifício, esquina da Frei Miguelinho com a Silva Jardim. Aceitava até famílias inteiras, que poderiam ter privacidade e se alojar de forma independente dos demais hóspedes. E o melhor: o serviço de mesa era variado. Havia na Cidade Alta, também para hospedagem, a Casa de Pasto, menorzinha, é verdade, mas que vendia comida feita. Não se sabe o cardápio do dia.

Pedro Velho, o inventor da República

Portador de uma vasta cabeleira, bigode e óculos de aro, como está no seu retrato, Pedro Velho era Albuquerque Maranhão. No Rio de Janeiro, se formou em medicina e, médico, voltou ao Rio Grande do Norte, em 1881, para promover a campanha abolicionista e pregar a República. Casou com uma tia. E, assim, conclui Cascudo: “O avô virou sogro, e a mãe, cunhada”. A ele cabe a fundação do Partido Republicano, em 1889. Era o líder, a voz e o sonho. Seu birô está no Instituto Histórico e Geográfico para quem quiser ver.

Abolicionistas

Corria o movimento abolicionista na cidade. Padre João Maria, Pedro Velho, Juvino Barreto, Odilon Garcia e mais tantos reuniram-se no Teatro Santa Cruz, por iniciativa de Pedro Velho, e formaram a Libertadora Norte-Riograndense, com direito a diretoria e até comissão executiva. Duas. Uma na Ribeira, outra na Cidade Alta. E saíram com um boletim, e, no boletim, o seguinte manifesto:

Manifesto

“Povo Rio-Grandense! Briosos filhos do Norte!

Não vedes como da consciência de cada cidadão se ergue uma chama ardente e fúlgida, que se vai reunir na alma coletiva do povo soberano, formando um vasto e grandioso incêndio de patriotismo?

Não vedes como se desmorona, esfacelado e podre, o colosso do escravismo que a consciência pública não pode mais encarar, sem pejo e sem horror?...”.

Manifestações

Os jornais de todos os partidos foram simpáticos ao grupo e a seu manifesto. Depois veio a República, em 1889, a criação do Partido Republicano, por Pedro Velho, e do jornal *A República*, órgão da imprensa oficial, de vida longa, cujos exemplares se guardam no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em Natal. Cascudo: “É lógico que numa cidade como Natal de 1899, sem livraria, sem correntes de ideias, sem críticas, sem um vínculo ligando-a aos centros pensadores do País, as produções literárias sejam feitas num ritmo igual, de parco vocabulário, deslizes de gramática e de vigor”.

Oasis: *periodico litterario e noticioso.* ***Passamentos:*** No dia 16 do corrente, pelas 7 ½ horas da manhã, a população do bairro da Ribeira foi testemunha de um quadro contristador, que levou a todos os corações a mais desagradável impressão. O negociante Gabriel Narciso Aranha, sentindo-se melindrado em sua honra, segundo se espalha, encontrando-se com o infeliz Lourenço Gleydert, desfechara-lhe pelas costas um tiro de revólver cuja bala, atravessando-lhe a região renal, produziu-lhe a morte instantaneamente. O assassino, horas depois de cometer o crime e a conselho de algumas pessoas, segundo também se afirma, entregara-se à prisão e acha-se no estado-maior do quartel de Segurança, por ter provado ser oficial da G. Nacional.

República das letras

Le Monde Marche, inventado pelos jovens intelectuais da cidade, publicava a *Oasis* (1894). Quinzenal, para assuntos diversos. Desde quem partiu e quem chegou, casamentos, falecimentos, vida social, teatro e opinião sobre tudo: instrução pública, a necessidade de uma biblioteca, etc; reclames, artigos, poesia. Outros periódicos agitavam a cidade. *A Revista do Rio Grande do Norte*, do Grêmio Polimático, foi de 1898 até 1900, e sua proposta era ser a local da *Revista Brasileira*. Políticos e intelectuais escreveriam artigos, estão lá no índice Alberto Maranhão, Polycarpo Feitosa, Tavares de Lyra e a inteligência de Manoel Dantas.

A inteligência de Manoel Dantas

Estudou Direito na Faculdade do Recife, a mais próxima que havia, e se formou em 1890. Sem recursos para adquirir uma coleção de livros de autoria do jurista Clóvis Beviláqua e julgando a preciosidade do material, comprou cadernos e passou dias e dias na sala da biblioteca copiando, em caligrafia perfeita, a obra magistral. Formado, andou promotor em Jardim do Seridó e Acari. Instalou a Justiça Federal. Foi juiz, diretor de instrução pública, deputado estadual, procurador do estado e professor de geografia do Atheneu. Sabia encadernar livros com perfeição. Construiu uma grande biblioteca, atualizadíssima. Inclusive, com revistas francesas. E nas estantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte encontram-se essas obras-primas.

Do quengo de Manoel Dantas

Juvenal Lamartine dele disse: “É a mais completa organização jornalística do Rio Grande do Norte”. Deixou história e geografia que se consultam até hoje, publicadas nos jornais que fundou (*Diário de Natal* e *O Estado*) e nos que editou (*O Povo*, em Caicó; e *A República*, em Natal). José Augusto (Bezerra de Medeiros): “Poeta, conteur, historiador, advogado, jurista, pedagogo, político, tribuno, jornalista, sobretudo jornalista...”. E foi pelos jornais que narrou um sonho e escreveu a lenda da cidade do Natal. Ele mesmo conta como tudo aconteceu. Natal nasceu da lenda de quando o anjo, no alto da duna, diante de Mascarenhas Homem, disse: “Surge e levanta!” Osório Dantas, filho de Manoel Dantas, perguntou a Cascudo: “Cascudinho, que história de lenda é essa, existiu mesmo?” E Cascudo prontamente respondeu: “Menino, cale essa boca, essa lenda saiu do quengo de Manoel Dantas!”

Os mais novos pedrovelhistas da cidade

Irmãos, Henrique e Eloy, nascidos em Macaíba, órfãos de pai e mãe tuberculosos. Em 1891, Henrique estuda em Natal e Eloy cursa Direito em Recife. Henrique estudou no Atheneu e morava numa casinha na Rua dos Tocos, hoje Princesa Isabel. Pedro Velho mandou chamar Henrique. Lá foi o rapaz bater à casa do governador na Praça Augusto Severo, naquele tempo Marechal Deodoro. Henrique tinha 17 anos e se tornou o mais jovem colaborador de *A República*. Pedro Velho, em Recife, pediu a Eloy: “Liquide com essa bacharelise e vamos voltar para o Rio Grande!”

H. Castriciano

Henrique começou a ser poeta. Em 1892 o primeiro livro, e já estava tuberculoso. O médico receitou bons ares, então foi para Angicos. Depois, Martins. Não tinha vícios, conta o seu Cascudo biógrafo. E lia, lia, lia, um livro por dia. Sem parar. Espalhava livro por todo canto, por onde estava. Havia livro nas gavetas, na cama, no chão, pelas cadeiras, em pilhas, em pacotes. Lia tudo: literatura, história, economia, medicina, agricultura, educação, geografia, sociologia, etc., etc., etc., jornais e revistas. Recortava dos jornais tudo que lhe interessava e colava em cadernos. Estudou francês e espanhol; era hostil ao inglês e interessado em italiano. Assinava H. Castriciano e pseudônimos, e ia publicando pelos jornais. Escrevia e escrevia. Escreveu para Bilac, que respondeu com o prefácio para o poema *Mãe*. Começou romances, escreveu prosa, deixou muita coisa a publicar e muito mais coisa espalhada em jornais e revistas e até na imprensa do Sul. E tinha uma irmã poeta que se chamava Auta de Souza, e ela morreu jovem.

Tuberculosa

Auta de Souza morreu na madrugada de 7 de fevereiro de 1901. Auta porque nasceu no dia de Santa Auta, 12 de setembro. Era poeta e não tinha 25 anos completos. Em um caderno, reuniu o que seria um primeiro livro, com tudo o que escreveu entre 1893 e 1897. Ao acrescentar o que mais veio até 1889, virou livro, publicado no ano de sua morte, com ela ainda viva, e com prefácio de Bilac, a pedido de Henrique. O primeiro exemplar, mandaram entregar em suas mãos, para sua alegria. E o portador foi a cavalo.

Club do Biscoito

Auta estudou no São Vicente de Paula, em Recife, dirigido pela irmã Savignol. Melhor aluna, e aprendeu francês. Perdeu tudo na vida muito menina, o pai, a mãe, o avô. E o irmão pequeno, queimado, num acidente com lampião. Foi educada, criada e amada pela avó. Escreveu para as revistas da capital e as locais, então saiu coisa sua na *Oasis*, em *A Tribuna*, na *Revista do Rio Grande do Norte*. E também no jornal de Pedro Velho: *A República*. Ficou tuberculosa aos 14 anos. Mas nem por isso deixou de escrever, recitar, dançar e viver. Era vista em Macaíba no afamado Club do Biscoito: reuniões dançantes que iam até o galo cantar, com bolo, vinho do Porto, cerveja esfriada na areia molhada, piano e recital.

Intendência Municipal

1891. Vem a Constituição nova e cria o conselho da intendência municipal, composto por cinco membros. E não recebiam remuneração...

Luzes na cidade

A iluminação pública nasceu em postes de ferro e lampiões a querosene. Acendia-se às seis e meia e se desligava às cinco da manhã, 25 dias por mês. Eram 95 lampiões: 52 na Cidade Alta, 43 na Ribeira. Mas já se conhecia a luz elétrica. A primeira exibição, na fábrica de Juvino Barreto. Casamento de Alberto Maranhão com Inês Barreto. A festa durou até três dias depois. Juvino, pai da noiva, mandou iluminar a rua, da sua casa à capela, na fábrica. Cascudo quem dá o arremate: uma multidão ficou parada, olhando, sem compreender o clarão sem o fio de querosene, não oscilando nem respeitando a ventania da tarde. Quando a festa acabou, acabou a luz. Sobraram os lampiões a gás a que o povo já estava acostumado.

Censo demográfico

Realizado em 1897 por determinação do então vice-presidente da intendência municipal, Olympio Tavares. Colaboraram diversas figuras, entre elas Alberto Maranhão e Hemetério Fernandes. O resultado saiu em *A República* daquele ano:

Cidade Alta: 1.349 casas, 5.884 habitantes. Desses, 40 estrangeiros e 2.576 que sabiam ler. O resto era analfabeto. Mulheres eram a maioria, 3.393. Casados, apenas 1.443, e viúvos, 421. Eram 346 costureiras, 304 criados, 228 militares, 147 artistas, 97 lavadeiras, 89 operários, 41 estudantes, 30 pescadores, 29 cozinheiras, 17 padeiros, 15 tipógrafos, 10 pedreiros e 13 carpinteiros, 6 médicos e 2 parteiras.

Ribeira: 696 casas, 2.800 habitantes. Desses, 15 estrangeiros. E das ocupações, além das mesmas que se encontravam na Cidade Alta, registra-se mais: negociantes, caixeiros, aprendizes de marinho, alfaiates, carpinas, proprietários, hoteleiros, advogados, charuteiros, modistas, músicos, um encadernador, um engenheiro civil e um engenheiro mecânico, funileiro, maquinista, ourives, tecedeira e um único fotógrafo.

O exemplo de Pedro Velho

Em 1893, era governador do estado e o hospital ficou sem médico. O responsável simplesmente pediu exoneração e foi embora. Coube a ele, que era médico, assumir a função. E de forma gratuita. E lá ia todas as manhãs fazer a clínica, dias e mais dias, até que apareceu um médico para pôr no lugar. Outros tempos, outras civilidades.

Augusto Severo

Aderiu ao abolicionismo, à República, e discursava em praça pública. Escreveu para *A República*, jornal do qual foi gerente. Fazia as contas das despesas de papel e tinta e era responsável por pagar os empregados, que recebiam aos sábados. Quando chegou 1890, Xavier da Silveira o põe como professor do Atheneu. Não passou dois anos, saiu deputado estadual. Não passou mais um ano, deputado federal no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, inventou.

Inventou o *Potiguarânia*

Um balão dirigível, prenúncio do que seria o *Pax*. Assimétrico, bojudo na proa, estreito na popa, com leme na cauda. Construído na casa Lachambre. Media 60 metros de comprimento e 52 na dimensão da barquinha, e duas hélices. Foi o primeiro considerado semirrígido. Severo teve a oportunidade de construí-lo porque o presidente da República, Floriano Peixoto, queria um balão para combater os rebeldes da Revolta da Armada. Em 1894, foi montado em um hangar no Rio de Janeiro. Mas não chegou a voar...

Empresa de aluguel: janeiro de 1890. Celso Augusto Santiago e João Federalino Santiago fundaram uma empresa de aluguel. Três a quatro vitórias de quatro rodas com assento na frente, um cocheiro e animais. Mas só durou aquele ano. Em 1891, a cidade voltou a andar de carro particular, a cavalo, a pé. O bonde só viria depois...

Água encanada: 1892, água encanada a cinco mil réis mensais, alguns litros diários, exceto aos domingos. Uma lei do mesmo ano prolongou a concessão por 25 anos. Pela Cidade e pela Ribeira, ergueram-se chafarizes com torneiras. Os canequinhos vendiam a 100 mil réis aos que não podiam arcar com o sistema de abastecimento.

Ensino particular: o bacharel Manoel do Nascimento Castro e Silva ensinava particular português, francês e geografia. Rua Correia Telles, 7, das 9h às 11h do dia. Atendia também na casa dos alunos, se fosse preciso, e aos moços empregados do comércio em horário diferenciado, das 7h às 8h da noite.

Mercado público: carne verde, miúdos, carne-seca, de porco, toucinho, linguiça, carne de carneiro, galinha inteira, peixe de qualidade e peixe de segunda e de terceira; queijo de manteiga, coco, goma, farinha, milho, feijão-mulatinho e outros, laranjas, batatas, bananas, ovos, leite, açúcar, café do brejo, camarão e sal.

Pães e bolachas: na Praça André de Albuquerque, 22, Pompeu E. S. Sant'Iago oferecia na sua Padaria Flôr do Natal pão e bolachas. E seu pessoal, ele avisava: veio diretamente de Pernambuco! E a farinha vinha dos melhores trigos e diretamente da Europa! E garantia o asseio e prontidão no fabrico.

Cheguem a mim os bons fregueses
Do Estado do Natal,
Que serão mui bem servidos
Do fabrico especial.
Do pão mais puro e mais fino
Conhecido do Estado
Provença, Criòlo e Cerveja
Do Francez o mais torrado.

A loja de sortimentos: artigos de moda, propriedade de Nicolao Bigois, na Ribeira, Rua 13 de Maio, 40. No 51 da mesma rua, o Empório Comercial de Fortunato Aranha vendia livros jurídicos, escolares, científicos, de poesia, livros em branco e riscados, papel, envelope, cartões de visita e escrivainhas. Tinteiros de vidro, peso de papel, raspadeiras de borracha e metal, tinta, goma arábica, espátulas de marfim para cortar papel e grande quantidade de canetas. Tecidos, meias e perfumaria. Além disso, Petronilla Câmara anunciava os seus serviços de modista, a preços módicos. Atendia na sua residência, Rua da Conceição, 28. Cidade Alta. E tudo isso está nos jornais...

A fábrica de tecidos

Juvino Barreto sonhou um dia construir uma fábrica de tecidos em Natal. Dispôs de 8 mil metros quadrados no começo da Av. Junqueira Aires (atual Câmara Cascudo). Comprou na Inglaterra o maquinário mais moderno, pagaria com os lucros obtidos. Fabricava quatro tipos de tecidos grossos, beneficiando o algodão que descia do interior em lombo de animais. A chaminé de tijolos vermelhos registrava a data da inauguração: 1888. Empregou 80 operários. Quando o batalhão potiguar partiu para Canudos, fez discurso para tranquilizar os soldados. Junto à fábrica construiu vila, escola e capela, e prestou assistência médica aos operários. Juvino, ele próprio, plantou as duas palmeiras que havia em frente. Na fábrica, foi instalado o primeiro para-raios de Natal, vinha gente de longe ver aquilo que nunca tinha visto. O palacete em frente era seu, desenhava-se num imenso sítio que ocupava o quarteirão. Passou para os salesianos com a morte da viúva em 1932. Os filhos deixaram a casa em 1936...

1898, Cascudo nasceu na hora do apito da fábrica

O apito da fábrica de manhã e à tarde era o relógio da cidade: “Eu nasci justamente depois do apito das cinco horas, numa sexta-feira, na Rua da Virgem. Os negócios da gente pobre eram regulados pelo apito, fechando o dia. Quando o tecido apitar... esteja em casa! Volte antes do apito... tudo isto passou. Tempus fugit...”.

Natal esportiva

Em 1897, começaram as regatas no Potengi. A banda da fábrica de tecidos compareceu ao trapiche e animou a festa. Também fizeram a festa a decoração e as distintas senhoras que foram prestigiar. Duzentas. Registrou o jornal. Um ano depois, as primeiras bicicletas elogiadas em *A República* de 1899: serve para gordo, magro, doentes e sadios. Tem melhor vantagem que o cavalo, porque não come e nem bebe. Não se assustam e nem se cansam. Daí foi um pulo para a construção de um velódromo na Ribeira, Rua Silva Jardim. Os ciclistas passaram a movimentar a cidade e a organizar passeios. Um grupo foi até Genipabu pela beira-mar. Em 1899, fundaram o Velo-Club Natalense.

Resumo do século, resumo da história

Correu o século XIX. A cidade cresceu e aconteceu lentamente, como anotou Cascudo. Em 1878, a Ribeira era um coqueiral, as Rocas um descampado e o colégio Salesiano uma plantação de cana. Tomava-se banho de água salgada onde é o teatro que não existia e, para se subir para a Cidade Alta, era preciso atravessar uma ponte mal-ajambrada. A Praça Augusto Severo, que também não existia, era um charco, e água doce da Ribeira vinha de cacimbas. Não há notícias de fotografos antes de 1890, o registro é de Kossoy no *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*. Só passagens dos irmãos Bougard, que anunciavam no *Diário de Natal*. E tudo que não existia só passou a existir com a entrada de 1900 e os tais dos melhoramentos urbanos. Começa Natal no século XX. Uma outra história, que tem o seu início quando esta aqui, aqui termina.

Este livro foi composto em
Adobe Garamond
e impresso em cartão
Duo Design 250g./m². (capa)
e Chambril Avena 90g./m². (miolo)
pela Offset Gráfica, Natal/RN,
em julho de 2019

www.offsetgrafica.com.br

História da cidade do Natal

Gustavo Sobral escreve Natal, a cidade. Traça narrativas, fatos, personagens, anda no tempo. Vai de 1599, quando tudo começa, até 1899, fim de um século. Trezentos anos em pequenas histórias. Mais *story* que *history*, o livro é uma odisseia, para ler, conhecer e viver o passado.

Gustavo Sobral nasceu e vive em Natal. Autor e organizador de livros, sua matéria é a vida e a vida na cidade, a história, o passado e a memória. Tudo que escreveu e escreve está no site pessoal www.gustavosobral.com.br.

ISBN 978-85-54356-14-3



9 788554 356143

